

Assunto: Prédio abandonado provoca nó jurídico – 7ª Vara da Fazenda Pública	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Cidades	Seção:
Página: 4	Data: 09/07/2015

jornal do  commercio

Prédio abandonado provoca nó jurídico

BAIRRO DO RECIFE Donos de edifício na Rua da Guia não são localizados para ser intimados a restaurar o imóvel deteriorado. Juiz estuda a possibilidade de demolição



Fotos: Alexandre Gondim/JC Imagem

DESCASO Pedacos da estrutura do prédio já desmoronaram

O edifício localizado no número 88 da Rua da Guia, no Bairro do Recife, no Centro da capital, precisa ser recuperado urgentemente porque coloca em risco a vida da população que circula pelo local. A burocracia para resolver a situação é grande e está prestes a gerar um nó jurídico. O maior entrave é que os proprietários do prédio não são localizados, segundo o juiz Mozart Valadares, da 7ª Vara da Fazenda Pública. Foi ele quem concedeu, em março passado, uma medida liminar à Secretaria de Assuntos Jurídicos do Recife determinando que os donos executassem a restauração imediata do imóvel, que está sob risco de desmoronamento.

“Como nada tem sido feito para recuperar o prédio, um oficial de justiça ficou encarregado de encontrar os proprietários, que nunca são encontrados. Pessoas que circulam com regularidade pela Rua da Guia e vizinhos do imóvel disseram que os donos se mudaram e não deixaram contato”, diz Mozart Valadares. No dia 1º, o juiz informou que, para a situação ser resolvida o quanto antes por questões de segurança, o município será intimado para tentar localizar os proprietários do edifício.

“Muitas vidas estão em risco. Caso o município alegue que não tem como encontrá-los, vamos analisar novamente o caso. Entre as soluções, pode estar uma possível demolição do imóvel, já que existe o risco de desabamento do jeito em que se encontra hoje”, argumenta Mozart Valadares. A Prefeitura do Recife informou que não recebeu, até ontem, notificações novas sobre o processo.

O edifício, com sete pavimentos, apresenta ferragens expostas e deterioração do concreto, além de muitas infiltrações. Está desocupado há mais de uma década.

Um laudo elaborado pela Secretaria Executiva de Defesa Civil do Recife constatou o péssimo estado de conservação do prédio. Também foi apontada a necessidade de serviços de manutenção das fachadas e de toda a estrutura. A edificação foi classificada como R-3 (ou seja, de risco alto).

Prefeitura vai ser notificada para localizar proprietários

Diante da situação, a própria Prefeitura do Recife encarregou-se de interditar o prédio, que hoje tem servido de garagem para motos. As vagas são anunciadas por duas placas coladas nos tapumes que isolam o edifício. O serviço é organizado por um vendedor de talões da Zona Azul, que diz ter recebido dos proprietários do prédio a responsabilidade de cuidar do imóvel. Veículos estacionados na Rua da Guia já sofreram avarias com o desprendimento e queda de reboco. O risco também é grande para os pedestres.

Do outro lado da Rua Oliveira Lima, uma das esquinas do prédio, um imóvel secular com frente para a Avenida Rio Branco está sendo recuperado para abrigar a Vice-Governadoria do Estado de Pernambuco. O trabalho está sendo realizado por técnicos da Primera Engenharia, que garantem finalizar o serviço até o fim de agosto.

Mais na web

Video mostra a situação do prédio:
www.jconline.com.br/cidades



Não faz muito tempo que a marquise do prédio desabou. A Defesa Civil veio para fazer uma vistoria e isolar a área, a fim de evitar acidentes”, **diz o engenheiro eletrônico Richard Carvalho, 44 anos**



Veza por outra, caem entulhos do prédio, o que é um perigo para pedestres e carros que ficam estacionados ao redor do imóvel”, **diz o engenheiro da computação Ismael Carvalho, 28 anos**

Assunto: Foto: Desembargador Eurico de Barros Correia Filho e esposa	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Viver	Seção: João Alberto
Página: c3	Data: 09/07/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO



A juíza Edina Barros e o esposo, desembargador Eurico Barros Filho, na prestigiada posse de Joezil Barros na presidência do Rotary Recife

Assunto: Menção a	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: local	Seção:
Página: a7	Data: 09/07/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Recife terá equipe contra violência de gênero

ANDREIA REGO BARROS/PCR



A Secretaria da Mulher vai ter profissionais para atuar nas escolas contra agressões

O prefeito Geraldo Julio formalizou o programa *Maria da Penha vai à escola* e anunciou concurso para a Secretaria da Mulher até dezembro

LARISSA RODRIGUES

Larissarodrigues.pe@dabr.com.br

O projeto do concurso para a Secretaria da Mulher do Recife, anunciado no último dia 8 de março pelo prefeito Geraldo Julio (PSB), será enviado até o final do ano à Câmara de Vereadores do Recife. A informação foi divulgada, ontem, durante o evento de formalização do programa *Maria da Penha vai à Escola: Construindo a Igualdade*, que visa promover uma cultura de igualdade de gênero dentro e fora das unidades de ensino. De acordo com o prefeito, a própria secretaria está à frente da iniciativa. O objetivo é formar um quadro permanente de funcionários para cuidar das ações de combate à violência contra a mulher.

De acordo com a secretária da Mulher, Elizabeth Coutinho, a proposta de concurso está tramitando na pasta e se encontra na fase de estudo de impacto de orçamento. A equipe será formada por analistas de promoção de direitos da Mulher nos vários setores das ciências humanas. Haverá vagas para as áreas da psicologia, serviço social, direito, estatística, sociologia e pe-

dagogia. “A gente tem uma série de áreas técnicas que são fundamentais aos serviços que oferecemos, como o Centro de Referência Clarice Lispector e os outros centros de promoção dos direitos das mulheres”, comentou Elizabeth Coutinho.

Sobre o programa Maria da Penha vai à Escola, a secretária destacou que a iniciativa é de prevenção da violência. Implantado em maio de 2014 na rede de ensino municipal, o projeto ganhou respaldo legal ontem, a partir da assinatura do decreto municipal que formaliza a ação. No ano passado, 49 escolas receberam as ações da iniciativa. Quase três mil alunos participaram. A meta é levar o programa, até o final deste ano, para to-

das as escolas municipais que têm ensino fundamental 1 (1ª a 5ª série). Ao todo, o Recife conta com 306 escolas e creches, sendo 212 com turmas do fundamental 1.

A formalização do Maria da Penha vai à Escola no Recife foi comemorada por ativistas dos direitos da mulher. Rosângela Santos, do Conselho Municipal da Mulher, comentou que para mudar a cultura é preciso começar na base. “Levará anos, mas a gente sabe que vai favorecer a erradicação da violência contra a mulher, porque as crianças vem de casa com a formação.” Juíza da 2ª Vara da Mulher do Recife, Marilúzia Feitosa ressaltou que “como o problema é cultural o primeiro vetor é a educação”.

+ saibamais

Programa Maria da Penha vai à escola

306

é o número de escolas e creches da rede municipal do Recife

212

escolas municipais têm ensino fundamental 1

71

escolas da rede municipal já receberam o a ação Maria da Penha vai à escola desde maio do ano passado

3000

alunos já participaram do projeto

Fonte: PCR

Assunto: Menção ao Tribunal de Justiça de Pernambuco	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção:
Página: 4	Data: 09/07/2015



▶ ALIANÇA

Daniel e Ettore se "estranham"

CAROL BRITO

As declarações do prefeito de São Lourenço da Mata, Ettore Labanca (PSB), repercutiram mal nas hostes do PSDB. Na coluna Fogo Cruzado do jornalista Inaldo Sampaio, publicada ontem pela Folha, o socialista afirmou que não existe lógica no fato do PSDB ter compromisso com o governador Paulo Câmara (PSB) e não se engajar na reeleição do prefeito do Recife, Geraldo Julio. Apesar do administrador ressaltar que falava em nome próprio, o fato de estar prestes a tomar posse do comando da Agência Reguladora de Pernambuco, e da possibilidade dele assumir uma frente na articulação política da administração socialista, deixou os tucanos ainda mais agitados.

Ontem, o deputado federal Daniel Coelho (PSDB) teria entrado em contato o secretário da Casa Civil, Antônio Figueira (PSB), para pedir es-

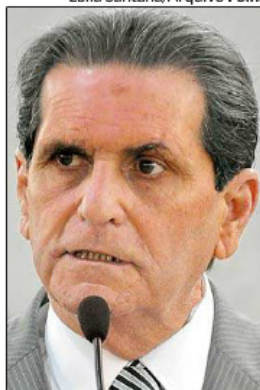
Jedson Nobre/Arquivo Folha



COELHO (E) e Labanca: desentendimento sobre Recife

clarecimentos sobre as declarações. Procurado pela reportagem, o tucano disfarçou e disse que o contato foi feito "pelo partido" e não por ele. "O PSDB se comunicou com Figueira e disse que não aceita esse tipo de provocação pelo jornal", amenizou. Na conversa, Figueira teria tentado desfazer o mal-estar e garantido que a declaração de Labanca não representa a opinião do Palácio.

Laila Santana/Arquivo Folha



Principal alvo da crítica, Daniel Coelho disparou que o governador Paulo Câmara (PSB) deveria "colocar o aliado no lugar dele" para não atrapalhar a relação do governo com os partidos da base. "Enfraquece o governo, porque Labanca é conhecido como um cara desastrado, de pouca expressão no Estado e ele não pode responder pelo governo. Ele deve ficar calado sobre assuntos do governo", bateu Coelho.

Em resposta, Labanca não poupou críticas e lembrou o escândalo na Câmara Municipal do Recife, nos anos de 2006 e 2007. O tucano foi absolvido das acusações pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) no ano passado.

"Daniel Coelho é uma figura conhecida pelas falcatruas que fez durante o seu mandato na Câmara Municipal com a verba de gabinete. É uma figura desprezível, eu não vou perder meu tempo dando resposta a uma figura que só quer aparecer. Ele coloca uma melancia na cabeça e vá procurar uma outra freguesia", rebateu.

Presidente municipal do PSDB, o vereador André Régis foi mais contido e garantiu que os acordos na aliança entre PSB e PSDB não envolvem o Recife. "Pelo argumento dele, PSDB e PSB deveriam marchar juntos em todos os municípios. Isso não está presente em nenhum acordo. E eles não envolvem o Recife", afirmou.

Assunto: ECA	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção: Breve
Página: 4	Data: 09/07/2015



> Breve

■ **ECA** - Os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) serão marcados pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, na próxima segunda, com um júri simulado que colocará no “banco dos réus” a Redução da Maioridade Penal, tema que tem mobilizado a sociedade brasileira em 2015. A iniciativa é da Coordenadoria da Infância e Juventude do Poder Judiciário Estadual, sob coordenação do

desembargador Luiz Carlos Figueiredo. O evento, no Auditório Tabocas, no Centro de Convenções de Pernambuco, terá início às 8h. Qualquer cidadão poderá se inscrever para assistir ao júri simulado, por meio de formulário eletrônico no portal do TJPE, em www.tjpe.jus.br. Será concedido certificado aos participantes. Ao término, o público registrará seu posicionamento em uma urna eletrônica.

Assunto: IML	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Cotidiano	Seção: Em Destque
Página: 2	Data: 09/07/2015



Arthur Mota



■ **IML** - Mesmo com a reprovação do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o Sindicato dos Policiais Cíveis (Sinpol) realizaram, ontem, a quarta paralisação de 24 horas. O serviço dos Institutos Médicos Legais (IMLs) foi prejudicado. A categoria pede melhores condições salariais e de trabalho, sobretudo nos IMLs. O Sinpol abriu as portas da unidade do Recife e reclamou dos problemas estruturais enfrentados por quem trabalha no local. Devido ao movimento, pelo menos 14 corpos não passaram por necropsia. O Governo garante que melhorias estão sendo feitas e que o sindicato está divulgando informações inverídicas.

Assunto: TJPE discute redução da maioria penal em júri simulado nesta segunda	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 09/07/2015
Editoria:	Seção:



combate à violência

TJPE discute redução da maioria penal em júri simulado nesta segunda

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) promove um júri simulado sobre a redução da Maioridade Penal, tema que tem mobilizado a sociedade brasileira em 2015, nesta segunda-feira (13/7), para marcar os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A iniciativa é da Coordenadoria da Infância e Juventude do Poder Judiciário Estadual, sob coordenação do desembargador Luiz Carlos Figueiredo. O evento, no Auditório Tabocas, no Centro de Convenções de Pernambuco, terá início às 8h.

Qualquer cidadão poderá se inscrever para assistir ao júri simulado desta segunda (13/7), por meio de formulário eletrônico no portal do TJPE, em www.tjpe.jus.br.

Magistrados, servidores públicos, estudantes universitários e secundaristas, além de outros interessados no tema, poderão participar como observadores do debate. Será concedido certificado aos participantes.

Ao término, o público também poderá registrar seu posicionamento em uma votação em urna eletrônica.

O júri simulado contará com seis debatedores: o desembargador do TJPE Luiz Carlos Figueiredo, o coordenador executivo do Gajop, Rodrigo Deodato de Souza Silva, e o deputado federal Tadeu Alencar apresentarão posicionamento contrário à redução da maioria penal

O desembargador do TJPE Bartolomeu Bueno, o advogado Moacir Veloso e o deputado federal Gonzaga Patriota argumentarão favoravelmente à redução da maioria penal.

O corpo de jurados será formado por 15 representantes de entidades da sociedade civil: Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress), Psicologia (CRP) e Medicina (Cremepe); Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Pernambuco (OAB-PE); Sindicatos dos Professores do Estado (Sinpro), dos Jornalistas de Pernambuco (Sinjope), dos Bancários de Pernambuco, dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Comércio Informal do Recife (Sintraci) e dos Trabalhadores em Transportes

Rodoviários (STTREPE); Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Pernambuco (Adeppe); Arquidiocese de Olinda e Recife; Associação das Igrejas Evangélicas Independentes; Câmara dos Dirigentes Lojistas; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Grande Recife Consórcio de Transporte.

Assunto: Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva assume presidência do TRE-PE	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 09/07/2015
Editoria:	Seção:



eleições municipais

Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva assume presidência do TRE-PE



O Pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE) deu posse ao novo desembargador Eleitoral Antônio Carlos Alves da Silva, que, em seguida, foi eleito presidente da casa.

“Nada mais gratificante do que um simples auxiliar de portaria chegar a tão alto posto da Justiça Eleitoral de Pernambuco. Ciente da responsabilidade que agora assumo, prometo desde já zelar pela independência da Justiça Eleitoral”, disse o novo membro da corte do TRE-PE.

Dos sete votos, o desembargador Antônio Carlos Alves da Silva recebeu quatro. Dois foram para o Presidente em exercício, Desembargador Alberto Nogueira Virgínio, e um em branco.

“Vim de alma aberta para assumir o cargo e espero contar não só com os meus pares, como também com os funcionários qualificados desse Tribunal. E se Deus quiser, farei uma administração dentro dos princípios éticos e morais”, discursou o novo Presidente do TRE-PE.

O desembargador Frederico Neves, presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, prestigiou a solenidade acompanhado de outros magistrados do TJPE.

Assunto: TJPE promove júri simulado para debater sobre a redução da maioria penal	
Veículo: folhape	Data: 09/07/2015
Editoria:	Seção:



TJPE promove júri simulado para debater sobre a redução da maioria penal

Qualquer cidadão poderá se inscrever para assistir à sessão

Os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estarão na pauta do Tribunal de Justiça de Pernambuco na próxima segunda-feira (13). Será realizado um júri simulado que colocará no “banco dos réus” a Redução da Maioridade Penal, tema que tem mobilizado a sociedade em 2015. A iniciativa é da Coordenadoria da Infância e Juventude do Poder Judiciário Estadual, sob coordenação do desembargador Luiz Carlos Figueiredo. O evento ocorrerá no Auditório Tabocas, no Centro de Convenções, terá início às 8h.

Qualquer cidadão poderá se inscrever para assistir ao júri simulado, por meio de formulário eletrônico no portal do TJPE. Magistrados, servidores públicos, estudantes universitários e secundaristas, além de outros interessados no tema, poderão participar como observadores do debate. Será concedido certificado aos participantes. Ao término, o público também poderá registrar seu posicionamento em uma votação em urna eletrônica.

O júri simulado contará com seis debatedores: o desembargador do TJPE Luiz Carlos Figueiredo, o coordenador executivo do Gajop, Rodrigo Deodato de Souza Silva, e o deputado federal Tadeu Alencar apresentarão posicionamento contrário à redução da maioria penal; e o desembargador do TJPE Bartolomeu Bueno, o advogado Moacir Veloso e o deputado federal Gonzaga Patriota argumentarão favoravelmente à redução da maioria penal.

O corpo de jurados será formado por 15 representantes de entidades da sociedade civil: Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress), Psicologia (CRP) e Medicina (Cremepe); Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Pernambuco (OAB-PE); Sindicatos dos Professores do Estado (Sinpro), dos Jornalistas de Pernambuco (Sinjope), dos Bancários de Pernambuco, dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Comércio Informal do Recife (Sintraci) e dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários (STTREPE); Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Pernambuco (Adeppe); Arquidiocese de Olinda e Recife; Associação das Igrejas Evangélicas Independentes; Câmara dos Dirigentes Lojistas; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Grande Recife Consórcio de Transporte.

Assunto: TJPE discute Redução da Maioridade Penal em júri simulado na próxima segunda	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 09/07/2015
Editoria:	Seção:



TJPE discute Redução da Maioridade Penal em júri simulado na próxima segunda

Os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na próxima segunda-feira (13/7), serão marcados pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) com um júri simulado que colocará no “banco dos réus” a Redução da Maioridade Penal, tema que tem mobilizado a sociedade brasileira em 2015. A iniciativa é da Coordenadoria da Infância e Juventude do Poder Judiciário Estadual, sob coordenação do desembargador Luiz Carlos Figueiredo. O evento, no Auditório Tabocas, no Centro de Convenções de Pernambuco, terá início às 8h.

Qualquer cidadão poderá se inscrever para assistir ao júri simulado desta segunda (13/7), por meio de formulário eletrônico no portal do TJPE, em www.tjpe.jus.br. Magistrados, servidores públicos, estudantes universitários e secundaristas, além de outros interessados no tema, poderão participar como observadores do debate. Será concedido certificado aos participantes. Ao término, o público também poderá registrar seu posicionamento em uma votação em urna eletrônica.

O júri simulado contará com seis debatedores: o desembargador do TJPE Luiz Carlos Figueiredo, o coordenador executivo do Gajop, Rodrigo Deodato de Souza Silva, e o deputado federal Tadeu Alencar apresentarão posicionamento contrário à redução da maioridade penal; e o desembargador do TJPE Bartolomeu Bueno, o advogado Moacir Veloso e o deputado federal Gonzaga Patriota argumentarão favoravelmente à redução da maioridade penal.

O corpo de jurados será formado por 15 representantes de entidades da sociedade civil: Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress), Psicologia (CRP) e Medicina (Cremepe); Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Pernambuco (OAB-PE); Sindicatos dos Professores do Estado (Sinpro), dos Jornalistas de Pernambuco (Sinjope), dos Bancários de Pernambuco, dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Comércio Informal do Recife (Sintraci) e dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários (STTREPE); Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Pernambuco (Adeppe); Arquidiocese de Olinda e Recife; Associação das Igrejas Evangélicas Independentes; Câmara dos Dirigentes Lojistas; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Grande Recife Consórcio de Transporte.

Assunto: Policiais civis contrariam TJPE e mantêm paralisação	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 09/07/2015
Editoria:	Seção:

G1**PERNAMBUCO**

Policiais civis contrariam TJPE e mantêm paralisação

Decisão foi tomada nesta quarta (8), no quarto dia de paralisação do ano. Categoria também anunciou em assembleia paralisações e atos quinzenais.



O Sindicato dos Policiais Civis de Pernambuco (Sinpol-PE) vai estabelecer um calendário de paralisações e atos públicos quinzenais para cobrar do governo melhores condições de trabalho. A decisão foi tomada em assembleia na manhã desta quarta-feira (8), o quarto dia em que a categoria interrompeu suas atividades nos últimos dois meses. “Vamos paralisar as atividades de 15 em 15 dias, inclusive no Festival de Inverno de Garanhuns, na Missa do Vaqueiro de Serrita, no aeroporto e na praia de Boa Viagem. Também vamos realizar atos públicos para denunciar as péssimas condições de trabalho e o processo de sucateamento da Polícia de Investigação”, afirma o presidente do Sinpol, Áureo Cysneiros. Segundo ele, a próxima paralisação ainda não tem data definida, mas o calendário completo de manifestações deve ficar pronto até a próxima quarta-feira (15).

A categoria também optou por manter a paralisação de 24 horas desta quarta-feira. A decisão vai contra a determinação do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) para que a manifestação seja suspensa. A decisão judicial, expedida na terça (7), ainda estabeleceu uma multa diária de R\$ 30 mil em caso de desrespeito. “Nós vamos recorrer da decisão porque a categoria a achou injusta. Nós temos péssimas condições de trabalho e baixos salários e precisamos procurar a valorização profissional”, fala Áureo.

A assembleia foi realizada em frente ao Instituto de Medicina Legal do Recife, no bairro de Santo Amaro, área central da cidade. A estrutura do prédio é uma das queixas dos policiais. A reportagem da TV Globo teve acesso ao interior do IML e mostrou que a perícia dos corpos é realizada em ambiente inapropriado. Muitos dos equipamentos utilizados pelos legistas estão desgastados, outros quebrados. Além disso, lixo se acumula e o piso não é suficientemente limpo. Para denunciar essa situação, os policiais decidiram interromper o serviço de liberação de corpos nesta quarta. Já nas delegacias, apenas os flagrantes estão sendo registrados.

Além de melhorias estruturais no IML, os policiais civis pedem isonomia da gratificação do risco de vida policial, revisão do plano de cargos e carreiras, inclusão dos peritos papiloscopistas no quadro técnico policial e convocação de aprovados remanescentes no último concurso público para a Polícia Civil. A categoria ainda reclama que a negociação com o governo está parada.

Em nota, o Governo de Pernambuco afirmou que já realizou quatro reuniões com os policias civis neste ano. No entanto, diz que não pode atender às reivindicações que envolvem custo financeiro por causa da crise econômica e da Lei de Responsabilidade Fiscal, que fiscaliza e controla os gastos públicos. Sobre o plano de cargos e carreiras, o governo propôs a criação de um grupo de trabalho para analisar o pedido e afirmou que novas reuniões serão marcadas com a categoria depois da publicação do último relatório de gestão fiscal deste ano.

A gerente-geral da Polícia Científica, Sandra Santos, comentou a situação do IML e esclareceu que a limpeza do prédio é de responsabilidade de uma empresa terceirizada. Ela ainda disse que os três IMLs de Pernambuco – localizados no Recife, Caruaru e Petrolina – serão reformados. “O Governo de Pernambuco já alocou recursos, disponíveis este ano, para que a gente faça reforma em todas as unidades dos IMLs. Estamos, neste momento, trabalhando para operacionalizar essas reformas”, disse.

Sandra Santos ainda contou que o governo está trabalhando para lançar um concurso público com 316 vagas distribuídas em todos os cargos da Polícia Científica, como perito, papiloscopista e auxiliar. No entanto, ainda não há previsão para que o edital seja lançado. “Existe a previsão de concurso desde o ano passado. Neste ano, o governo autorizou a realização do concurso. Estamos só tramitando questões legais para lançar o edital”, afirmou.

Em nota na tarde desta quarta, a Secretaria Estadual de Administração informou "que, considerando a situação econômica atual do Estado e as vedações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o atendimento aos pleitos que ensejem impacto financeiro fica, neste momento, prejudicado".

O governo destacou que propôs a criação de um grupo de trabalho com a finalidade de analisar estudos de reestruturação do Plano de Cargos e Carreiras na área de segurança pública. "Novas reuniões serão agendadas com a categoria após a publicação do Relatório de Gestão Fiscal do Segundo Quadrimestre de 2015".

Até o início da noite desta quarta, o IML do Recife acumulava 14 corpos que não foram liberados devido à paralisação da categoria.

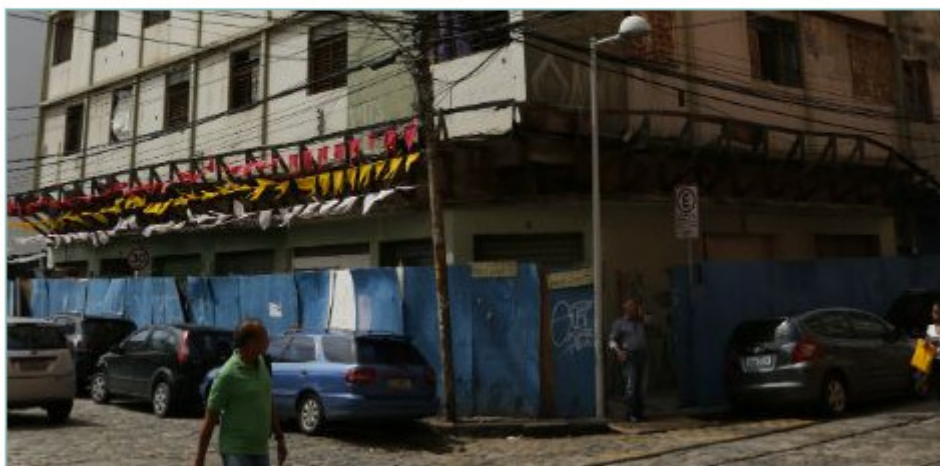
Assunto: Prédio abandonado no Bairro do Recife provoca nó jurídico	
Veículo: JConline	Data: 09/07/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

PERIGO

Prédio abandonado oferece risco à população no Bairro do Recife, mas o dono sumiu

Partes do edifício se desprendem da fachada e caem na rua. Proprietários se mudaram sem deixar endereço e não são localizados pela PCR. Juiz pode autorizar demolição



Imóvel, que pode ser demolido sem conhecimento dos proprietários, fica na movimentada Rua da Guia, no Bairro do Recife

Assunto: Prédio abandonado no Bairro do Recife provoca nó jurídico	
Veículo: JConline	Data: 09/07/2015
Editoria:	Seção:

jornal do **commercio**

Prédio abandonado no Bairro do Recife provoca nó jurídico

Donos de edifício na Rua da Guia não são localizados para ser intimados a restaurar o imóvel deteriorado. Juiz cogita até a possibilidade de demolição



Pedaços da estrutura do prédio já desmoronaram

Alexandre Gondim/JC Imagem

O edifício localizado na Rua da Guia, 88, no Bairro do Recife, precisa ser recuperado urgentemente porque coloca em risco a vida da população que circula pelo local. A burocracia para resolver a situação está imensa e está prestes a chegar a um nó jurídico. O maior entrave é que os proprietários do prédio não são localizados, segundo o juiz Mozart Valadares, da 7ª Vara da Fazenda Pública. Foi ele que concedeu, em março, uma medida liminar, à Secretaria de Assuntos Jurídicos do Recife, que determina que os donos façam uma restauração imediata do imóvel, que está com risco de desmoronamento.

“Como nada tem sido feito para recuperar o prédio, um oficial de justiça ficou encarregado de encontrar os proprietários, que nunca são encontrados. Pessoas que circulam com regularidade pela Rua da Guia e vizinhos do imóvel avisam que os donos se mudaram e não deixaram contato”, diz Mozart Valadares. No dia 1º, o juiz informou que, para a situação ser resolvida o quanto antes por questões de segurança, o município será intimado para tentar localizar os proprietários do edifício, que precisa de recuperação estrutural imediata.

“Muitas vidas estão em risco. Caso o município alegue que não tem como encontrar os donos, vamos analisar novamente o caso. Entre as soluções, pode estar uma possível demolição do imóvel, já que existe o risco de desabamento do jeito em que se encontra hoje”, explica Mozart Valadares. Até ontem, a Prefeitura do Recife disse que não há notificações novas sobre o processo.

A reforma urgente se faz necessária nos elementos do prédio que apresentam ferragens expostas e deterioração do concreto. O edifício, de sete andares, também tem muitas infiltrações, está com estrutura deteriorada e, além disso, está desocupado há muito tempo.

Foi um laudo elaborado pela Secretaria Executiva de Defesa Civil do Recife que constatou o péssimo estado de conservação do prédio. Também foi apontada a necessidade de serviços de manutenção das fachadas e de toda a estrutura. A edificação foi classificada como R-3 (ou seja, de risco alto).

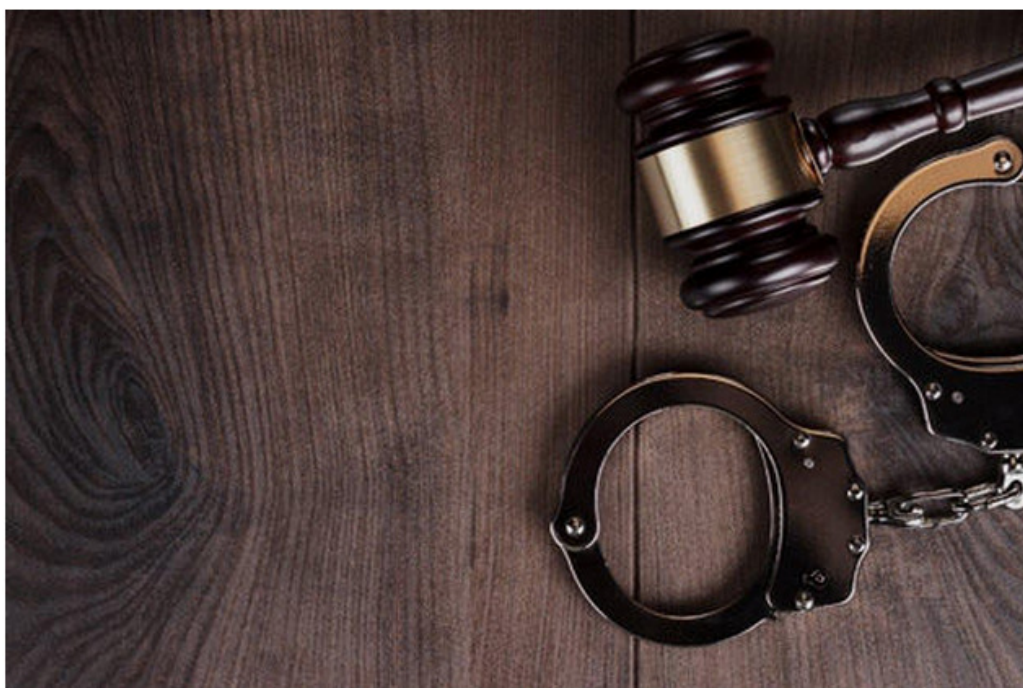
Diante da situação, a própria Prefeitura do Recife encarregou-se de interditar o prédio, que hoje tem servido até de garagem para motos. As vagas são anunciadas por duas placas que ficam coladas nos tapumes que estão ao redor do edifício. O serviço é organizado por um vendedor de talões da Zona Azul, que diz ter recebido, pelos próprios proprietários, a responsabilidade de cuidar do imóvel. Ao redor da edificação, carros ficam estacionados e correm o risco de ser deteriorados. Quem circula pela redondeza teme ser atingido por, no mínimo, pedaços da parede que caem.

O imóvel está atrás do prédio de número 104, localizado na Avenida Rio Branco e que passa por revitalização e pintura da fachada para abrigar a Vice-Governadoria do Estado de Pernambuco. O trabalho está sendo realizado por técnicos da Primera Engenharia, que garantem finalizar o serviço até o fim de agosto.

Assunto: Catorze estados vão aderir às audiências de custódia até outubro	
Veículo: CNJ	Data: 09/07/2015
Editoria:	Seção:



Catorze estados vão aderir às audiências de custódia até outubro



O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, cumprirá até o final de outubro uma extensa agenda para assinatura dos termos de compromisso para implantação do projeto Audiências de Custódia nos estados. No total, está confirmada a assinatura de pelo menos 15 novos termos de cooperação entre o CNJ, o Judiciário local e os governos estaduais para implantação do projeto, que prevê a apresentação do preso em flagrante a um juiz no prazo máximo de 24 horas após sua prisão.

Durante a audiência, o juiz faz uma análise da validade e da necessidade de manutenção da prisão ou da possibilidade de adoção de uma medida alternativa à prisão preventiva. Em julho, o presidente do CNJ irá a Belo Horizonte/MG, Cuiabá/MT, Porto Alegre/RS e Curitiba/PR. No mês de agosto, será firmado o termo de compromisso para implantação do projeto Audiências de Custódia nos estados do Amazonas, Tocantins, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Ceará, Santa Catarina e Bahia.

Goiás e Roraima também devem implementar as audiências de custódia, mas por enquanto não há confirmação da data em que será formalizada a adesão ao projeto. Em setembro será assinado o termo de cooperação com o estado do Rio de Janeiro. No final de outubro está prevista a adesão da Justiça Federal às audiências de custódia. A previsão é que um projeto piloto seja implantado no TRF da 4ª Região, para funcionar na Seção Judiciária Foz do Iguaçu/PR.

Em todos estes estados serão seguidas as diretrizes do projeto desenvolvido pelo CNJ, que incluem, além das audiências feitas com um juiz no prazo máximo de 24 horas, a criação ou o fortalecimento de centrais integradas de alternativas penais, centrais de monitoramento eletrônico, centrais de serviços e assistência social e câmaras de mediação penal. Essas estruturas são responsáveis por apresentar ao juiz opções ao encarceramento provisório.

Até o fim de setembro, 18 unidades da Federação já terão implantado audiências de custódia, considerando os estados de São Paulo, Espírito Santo e Maranhão, que aderiram ao programa anteriormente. São Paulo foi o primeiro estado a implantar as audiências de custódia, no final de fevereiro deste ano. Devido ao volume de prisões em flagrante registrados na capital paulista, inicialmente as audiências eram realizadas apenas nos casos de flagrante delito registrados em duas seccionais da Polícia Civil da capital (1ª e 2ª Delegacias Seccionais). Nos meses seguintes o projeto foi ampliado para novas seccionais, até incluir todas as nove delegacias e os Departamentos de Polícia Especializada da capital.

No final de maio o projeto foi implantado no Espírito Santo. As audiências são realizadas no Centro de Triagem do Complexo Penitenciário de Viana, para onde são levados os detidos pela polícia nos cinco municípios da Grande Vitória (Vitória, Serra, Cariacica, Vila Velha e Viana). Em mais de um mês, o projeto reduziu em 51% o número de presos que ingressariam no sistema prisional.

O último estado a aderir ao projeto foi o Maranhão, no dia 22 de junho. O estado já realizava audiências de custódia desde outubro de 2014, mas a iniciativa não ocorria nos finais de semana e tampouco incluía a criação ou fortalecimento das estruturas dedicadas às alternativas penais, monitoramento eletrônico, assistência social e mediação penal, que fazem parte do projeto do CNJ.

Tatiane Freire

Agência CNJ de Notícias